

**N.º: Gp024-X**  
**Proc.º: 30.06.02.01**  
**Data: 22.11.2012**

**Assunto: Programa do XI Governo Regional – Recursos Naturais**

**Senhora Presidente;**  
**Senhoras e Senhores Deputados;**  
**Senhor Presidente do Governo;**  
**Senhora e Senhores membros do Governo;**

**Começo a minha intervenção por felicitar o Senhor Secretário dos Recursos Naturais, em particular, desejando-lhe os maiores sucessos na difícil e árdua tarefa que terá pela frente.**

**Início a minha abordagem pelo sector agrícola onde são várias as incongruências apresentadas no Programa de Governo.**

**Vejamos: Na página 7 pode ler-se que “*Nos sectores produtivos tradicionais entrar-se-á num ciclo de valorização do produto – centrado na produção natural e rica das terras dos Açores*”, e na página 165 um dos objetivos é a “*valorização da “carne dos Açores”*”. A questão que se coloca é se essa valorização passa pela continuação da atribuição de apoios à estabulação permanente de gado?**

**Na página 159, o Governo diz pretender o “*rejuvenescimento dos empresários agrícolas*”, mas, na página 156, diz que os produtores agrícolas dos Açores são dos mais jovens do País. Assim, que medidas concretas se pretendem implementar para atingir estes objetivos?**

**Outra incongruência: na página 159 pretende-se aumentar a área, mas pretende-se também beneficiar os pequenos agricultores pelo reforço das**

ajudas comunitárias. Afinal, querem promover, ou não, o aumento da dimensão das explorações?

Por outro lado, no que se refere ao apoio a explorações competitivas, falta esclarecer se estes apoios são para as explorações economicamente competitivas ou também às financeiramente viáveis?

Outra das pretensões do Programa, que desde já louvamos, é o facto de haver uma manifesta vontade de implementar medidas que permitam o aumento do consumo interno de produtos Açorianos.

Para isso um dos objetivos a que se propõem é a *“aplicação de tarifas de carga aérea competitivas com as correspondentes marítimas para produtos perecíveis ou frescos”*. A questão é em que aviões o vão fazer? Certamente não será nos aviões da SATA, ou será?

Um exemplo concreto: hoje, o PVP de um Kg de ananás de São Miguel naquela ilha é de 1,79€; mas, o mesmo ananás, na Ilha de São Jorge, já custa ao consumidor 4,99€, ou seja, mais 178%. Com estas discrepâncias não é possível aumentar e estimular o consumo interno de produtos regionais.

Senhora Presidente;  
Senhoras e Senhores Deputados;

Um dos retrocessos deste Programa, face à anterior Governação, é o facto de se salientar na página 160 querer fazer um *“esforço continuado de conservação e valorização do património rural e o incremento da relação de proximidade com as populações”*.

Ora, certamente não será com a política seguida até aqui. O exemplo que se pode dar foi o encerramento das Cooperativas de São Jorge, empobrecendo o nosso património rural e de proximidade com as populações.

Falando em produtos com maior valor acrescentado e conforme explanado na página 158 *“desenvolver e valorizar a produção regional de qualidade”*, entendemos fazer todo o sentido, até porque conforme também se pode ler no documento *“temos de ser reconhecidos pela qualidade e não pela quantidade”*.

Acontece que a Região tem produtos de elevado valor acrescentado, como é o caso do Queijo de São Jorge, reconhecido pelo consumidor final como um produto de excelência, só que a questão que se coloca, é como queremos incentivar os produtores a produzir melhor quando os que já o fazem não vêm rentabilidade?

Lamentavelmente não podemos concordar com o vosso lema na agricultura quando se afirma que *“Ficar é optar por ser feliz”*, sendo que ouvimos repetidamente um Pai dizer que não quer ver os seus filhos seguirem o caminho da agricultura.

**Senhora Presidente;  
Senhoras e Senhores Deputados;**

Falando de Pescas, não poderíamos concordar mais com a afirmação de que *“para o Governo será essencial a aposta no aumento do valor do pescado ao pescador”*. Para que tal aconteça afirma-se na página 49 termos que *“tornar mais eficaz o circuito de comercialização e de distribuição de pescado dos Açores”*.

Na página 50 fala-se em “*diminuir os tempos de entrega do pescado fresco ao cliente externo*”. A questão é como vão fazê-lo, nomeadamente o pescado das ilhas mais pequenas? É que o atual modelo de carga aérea está mais que comprovado não funcionar, prejudicando e muito os pescadores destas ilhas.

Na indústria conserveira e de transformação pede-se mais diversificação. Ora, tal tem acontecido, por exemplo, na Fábrica de Santa Catarina, em São Jorge, mas apesar disto a fábrica continua com um passivo insustentável. Já agora, aproveito para manifestar o nosso agrado pelas palavras do Senhor Presidente do Governo, que assegurou o apoio à indústria mantendo-se os seus postos de trabalho.

Senhora Presidente;  
Senhoras e Senhores Deputados;

Finalizando esta intervenção gostaria de deixar aqui alguns considerandos no que se refere ao Ambiente. Não restam dúvidas de que o nosso turismo sustentável é de natureza. No entanto, não podemos ter um destino de natureza se não criarmos condições para tal. Como é mencionado na página 67 “*é necessário manter e ampliar a rede de trilhos dos Açores*”. A questão, mais uma vez, é como vão fazê-lo, pois até hoje os métodos usados têm falhado, fazendo com que tenhamos muitos dos trilhos perdidos em plena época alta.

Outra das lacunas na área do ambiente prende-se com as alterações climáticas, a que se junta a desadequada e descuidada manutenção das linhas de água, e que tem culminado, recentemente, em inúmeros prejuízos às populações, ao Governo Regional e às Autarquias, como foi o caso nas Freguesias da Ribeira Seca e Norte Pequeno, em São Jorge.

**Em síntese, assistimos a um conjunto de afirmações teóricas que não estão fundamentadas por acções práticas, para além de um conjunto de incongruências que carecem de melhor fundamentação.**

**O Deputado Regional**



**Luís Silveira**